

# Governança e gestão socioambiental no Brasil

Valéria Pereira Bastos<sup>1</sup>

Fábio Fonseca Figueiredo<sup>2</sup>

Rubens Elias Duarte Nogueira<sup>3</sup>

## Apresentação

A quinquagésima nona edição da Revista **O Social em Questão** está trazendo à tona, numa perspectiva multidisciplinar, debates e análises em relação à formação da governança e gestão socioambiental no país. Isso porque, o Estado através de seus entes representativos, aliado as organizações da sociedade civil e movimentos sociais, como entes muitas vezes, executores das políticas públicas vigentes, possibilitaram que as questões socioambientais fossem elevadas ao debate público.

Neste sentido, buscou-se trazer as análises e experiências de ações e práticas no campo socioambiental em diferentes contextos nacionais, e nos mais diversos campos de atuação, a fim de contribuir para a ampliação e interpretação das reverberações e externalidades do cotidiano brasileiro, que em muito rebate no contexto internacional, considerando que a lógica ultra neoliberal adotada nos últimos anos, sobretudo de 2018 a 2022, período em que a pauta socioambiental perdeu espaço na agenda pública e foi colocada na escala de não prioridade. Contudo, no momento atual, se faz necessário promover o reordenamento do olhar a respeito de preservação e conservação da natureza, na busca de alcançar a dimensão nacional no viés da sustentabilidade que vai do eixo amazônico ao sul do país, principalmente pelo fato dos diferentes atos brasileiros ambientalmente inadequados, ressoarem de forma efetiva no contexto planetário.

Não podemos perder de vista que o desafio para os próximos anos deve ser dedicado ao processo de reorganização da pauta ambiental do país, na busca de reconstruir uma agenda propositiva, sobretudo, priorizando – na escala de ações– atitudes e atividades voltadas para atender a proposição da ONU no que diz respeito aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS/ 2030. Tendo em vista que se faz necessária essa recuperação, visa-se atender a população mais atingida pelo descaso público no que diz respeito aos aspectos trazidos à tona pelos ODS, já que tem relação direta com a precarização do trabalho e a financeirização do capital. Esses fatores têm contribuído significativamente para a dinâmica da crise ambiental, fazendo com que as classes empobrecidas e seus territórios de vida sejam atingidos de forma cada vez mais intensa, em um contexto de agravamento da injustiça ambiental.

O Brasil em função da sua dimensão gigantesca tem o privilégio de contar com riquezas naturais inimagináveis: rios, florestas, montanhas, serras etc. Mas, apesar dessa vantagem, o que os registros oficiais nos apontam é que, em relação às queimadas na área de florestas, perdemos cerca de 2,8 milhões de hectares, pois foram carbonizados em 2022, quase dobrando os índices de 2021. Em termos de devastação, os dados nos indicam no mesmo ano, segundo fontes da Amazônia Legal, que o índice foi de 629,11 km<sup>2</sup> de devastação. Mas, para nosso “consolo” no acumulado anual, em 2023 registrou-se 375,33 km<sup>2</sup> devastados, índice ainda muito alto, mas menor do que o dos anos anteriores.

No que diz respeito ao saneamento básico, de acordo com o ranking nacional, o país ainda tem quase 35 milhões de pessoas sem acesso à água tratada, 100 milhões sem coleta de esgotos (representando 47,6% da população) e somente 46% dos esgotos produzidos no país são tratados, assim como segundo dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – Abrelpe (2020), ainda existem cerca de 3000 (três mil) lixões em efetivo exercício,

embora a Política Nacional de Resíduos Sólidos – lei 12.305/2010, e o marco regulatório de saneamento lei 14.026/2020, determinem prazos específicos para o encerramento das atividades inadequadas em relação à destinação de resíduos sólidos urbanos.

Diante do panorama socioambiental descortinado, a ideia foi de construir esta edição através da reunião de artigos que possam abordar questões e conflitos socioambientais das diferentes regiões brasileiras, delineando não só o que entendemos como periferia do sul global, e como essas regiões se inserem numa lógica global de apropriação dos recursos naturais e da vida das populações fragilizadas, mas analisando também os diferentes conflitos e disputas que foram concebidos e atendidos pelo Estado, sobretudo com observância do que vem sendo trabalhado pelo mundo, através da proposta de atenção aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, preceituados na agenda 2030 da ONU, já mencionada.

Diante desse quadro desafiador, a intenção foi agregar contribuições que permitam ampliar o debate teórico sobre as transformações societárias, tecnológicas, de práticas socioculturais e dos efetivos engajamentos dos coletivos, contribuindo para a construção de saberes contemporâneos com o objetivo de mitigar as lacunas produzidas na área socioambiental na última década.

Com esse sentido, o primeiro artigo que compõe este número recebe o título de: **O Desafio de ir além: montagem, desmontagem e remontagem da governança e da gestão socioambiental no Brasil**, de autoria de Elimar Pinheiro Nascimento. O autor apresenta um breve panorama da governança e da gestão socioambiental no Brasil nos últimos cinquenta anos, trazendo suas dimensões e recursos, considerando que o país é um player internacional na questão ambiental, e ocupa hoje, com os indícios crescentes de mudanças climáticas, o centro das atenções internacionais. O texto elucida que gestão e governança socioambiental no Brasil possuem uma história não muito longa, apesar das suas raízes do Brasil Colônia e Império, con-



tudo aponta que o quadro institucional de regulação das questões socioambientais data da República, e mais precisamente do século XX, sobretudo quando assume uma prática mais ativa após a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (Rio-92). A partir dessa contextualização, o autor traz elementos relevantes de avanços e retrocessos na política ambiental, apontando as possibilidades e limites existentes dessa política.

Já o segundo artigo denominado: **Desenvolvimento sustentável e a política de ciência, tecnologia e inovação no Brasil**, de autoria de Daniella Borges Ribeiro e Edineia Figueira dos Anjos Oliveira, tem como proposta analisar, como a política de ciência, tecnologia e Inovação incorporou a partir de 2016, em seus planos, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O texto traz uma abordagem a partir da pesquisa documental, com enfoque qualiquantitativo e adoção da análise de conteúdo e estatística. Foram utilizados os relatórios do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e o destaque aponta para a necessidade de investimentos na ciência, buscando o desenvolvimento econômico, rumo a uma economia exigente de inovações tecnológicas, bem como do desenvolvimento sustentável. Entretanto, os objetivos de desenvolvimento sustentável tornam-se inalcançáveis em uma sociedade que possui como base as desigualdades sociais.

Já o texto **Entre o óleo e a lama: a apropriação discursiva da noção de risco ambiental no Brasil**, escrito pelos autores Adriana Soares Dutra; Hemerson Luiz Pase e Celso Sánchez Pereira, traz para o debate uma análise da apropriação conceitual por parte do governo federal e da empresa Vale, da noção do risco ambiental no país, elucidando que a partir dos desastres que emergiram em 2019, com o rompimento da barragem em Brumadinho/MG e com o derramamento de óleo no litoral nordestino. Os autores trabalharam a partir da metodologia de pesquisa hemerográfica. Buscam no texto elucidar que há utilização por parte das empresas de uma forma de disputa pelo predomínio de uma determinada interpretação sobre os fatos, uma vez que se alte-

ram mais em função dos sujeitos envolvidos e dos interesses em jogo, e menos pelas consequências dos impactos para a população atingida.

No artigo, **Agronegócio e resistência “sociopática” a mudanças: contribuição de Florestan Fernandes para a compreensão dos obstáculos à democracia no Brasil**, de autoria de Débora Franco Lerrer, a autora recupera o texto de 1977 de Florestan Fernandes que descreve “a natureza do capitalismo agrário no Brasil e suas influências mais profundas sobre a formação do capitalismo urbano-industrial e da sociedade de classes”. É por conta da origem rural da acumulação capitalista no Brasil que se formou em seus segmentos dominantes uma “resistência sociopática” à mudança social. O texto explora essa trilha para levantar a hipótese de que ela se associa ao modo como a sociedade brasileira recalcou a luta aberta contra o monopólio fundiário, reproduzindo e ampliando a modernização conservadora, mesmo em períodos relativamente democráticos como os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores – PT.

O artigo a seguir, denominado **Militarização da conservação ambiental em debate: uma análise a partir das Operações Verde Brasil 1 e 2**, escrito pelas autoras Nádia Xavier Moreira, Cintiene Sandes Manfredo Mendes, Débora Antonieta Silva Deodoro e Viviane Machado Caminha, traz para análise e futuros debates a militarização da conservação da floresta amazônica brasileira, de 2018 a 2022. A autora propõe uma crítica sobre um fenômeno no qual se entrecruzam questões ambientais, sociais, institucionais e políticas. Para o estudo, utilizou-se a pesquisa documental; e como ferramentas, analisou-se os decretos, relatórios, portarias e sites governamentais, nos quais procurou elucidar o recrudescimento desse modelo de intervenção, com a mobilização de contingentes das Forças Armadas para atuar no combate a queimadas e desmatamento. Como resultado, apresenta a falta de transparência na alocação de recursos nas operações e denúncias do sucateamento de órgãos com atribuição de fiscalização como IBAMA, ICMBio e FUNAI.





No texto, **Governança e (Des)Proteção Social: um estudo sobre o desastre socioambiental da Samarco/Vale/Bhp Billiton no Rio Doce**, de autoria de Camilla dos Santos Nogueira, Daniel Pereira Sampaio e João Marcos Mattos Mariano a proposta é de um estudo sobre a proteção social para as pessoas atingidas pelo desastre socioambiental da Samarco/Vale/BHP Billiton no Rio Doce, objetivando analisar como se configura normativamente a proteção social para as comunidades atingidas e como ela se insere nos marcos do capitalismo brasileiro. Relacionaram-se, nesse estudo, a estrutura de proteção social criada para as pessoas atingidas e os marcos teóricos neoliberais que servem de fundação para a atual política social brasileira. Concluiu-se que as marcas do sistema nacional protetivo (focalização, privatização e descentralização), combinadas ao controle das empresas poluidoras sob o processo de (suposta) reparação, exacerbaram, no caso analisado, as deficiências do modelo.

No artigo intitulado **Promotorias do Ministério Público (MP) na implementação da coleta seletiva e inclusão socioproductiva de catadores/as de materiais recicláveis em dois municípios de Mato Grosso**, escrito por Frankielle Alline Pereira Correa, Sandro Benedito Sguarezi; e Sonia Aparecida Beato Ximenes de Melo, os autores discorrem sobre ações das Promotorias do Ministério Público (MP) nas cidades de: Cáceres/MT e Tangará da Serra/MT no tocante ao processo de implementação da coleta seletiva, realizada por associações/cooperativas de catadores/as de materiais recicláveis. Trata-se de estudo com metodologia qualitativa e que usou como percursos de coleta de dados os referenciais bibliográficos, a pesquisa documental e os resultados foram expostos a partir da análise de conteúdo. Os resultados indicam a atuação mediadora do MP junto ao poder público e às organizações solidárias na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O artigo de título **Análise ambiental de subsistema de Veredas: um estudo no assentamento Jaraguá, Água Boa – Mato Grosso**, de autoria de Cesamar Pereira de Moura e Letícia Rodrigues da Fonseca buscou descrever como é possível analisar as condições ambientais de um

subsistema de veredas de um assentamento por meio de um protocolo de avaliação rápida de veredas (PARV). Para isso, realizaram uma pesquisa de cunho exploratório de abordagem qualiquantitativa em veredas localizadas na microbacia do Rio Sete de Setembro, inserido no município de Água Boa/MT, em 13 ambientes. Ao final, obtiveram a caracterização dos componentes geoambientais de cada vereda, e constataram um certo nível de conservação em alguns pontos e interferências antrópicas iniciais em outros.

Já o texto **Serviço Social, Direitos Humanos, Justiça social e Ambiental: Interloquções Possíveis**, escrito por Bárbara Domingues Nunes e Maria Isabel Barros Bellini, se constitui como fruto dos estudos e pesquisas realizados junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS, e do projeto de pesquisa de doutorado intitulado “Serviço Social, Desastres e Emergências Climáticas: Interface entre trabalho e saúde mental” sob orientação da professora Dra. Maria Isabel Barros Bellini. Trata-se de revisão bibliográfica consistente que apontou uma produção ainda baixa do Serviço Social na interface com o racismo ambiental e que impõe a profissão um maior investimento nessa temática visto que os assistentes sociais têm um compromisso ético na luta contra a violação de direitos.

As autoras, Natalia Barbosa Ribeiro e Maria Eugênia Ferreira Totti, escreveram o artigo **Comunidades tradicionais e gestão de recursos hídricos: há espaço para a pesca artesanal?** O estudo levanta questões relativas à inserção de comunidades tradicionais, particularmente, os pescadores artesanais, na governança de recursos hídricos em regiões hidrográficas costeiras. A investigação é realizada a partir do estudo de caso de três Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro. O estudo permitiu constatar, entre outros aspectos, um ambiente político-institucional favorável à integração das pautas dessas comunidades, sobretudo em âmbito federal e significativas diferenças na inserção desses atores entre os colegiados.





Já no artigo **Autogovernança e práticas de autogestão socioambiental em comunidades quilombolas na Amazônia brasileira: ressignificando o conceito de *Common Pool Resources***, os autores, Ynis Cristine de Santana Martins, Lino Ferreira Mário Vasconcellos Sobrinho, Ana Maria de Albuquerque Vasconcellos e Josué de Lima Carvalho, analisam a construção social da autogovernança e das práticas de autogestão socioambiental de comunidades quilombolas na Amazônia. A análise é suportada pelas teorias de common pool resources e Regime de Propriedade Comum. Examina-se duas comunidades quilombolas do estado do Pará. O artigo mostra que as construções sociais são resultado das influências de arranjos institucionais, regras formais e informais e das condicionalidades ambientais e materiais nas quais as comunidades estão inseridas. As comunidades quilombolas inter-relacionam à noção de coletivo baseada simultaneamente na identidade étnica e no território institucionalizado pelo Estado. Os quilombolas individualizam e repartem a common pool resources pela força de trabalho em processos produtivos específicos em uma lógica orientada para sobrevivência econômica e reprodução social.

No texto **Agricultores e consumidores na discreta construção de sistemas agroalimentares alternativos: a experiência do Grupo para Consumo Agroecológico (GRUCA) no Estado do Pará**, os autores, Aquiles Vasconcelos Simões, Társis Ney Castelo Branco Barros Magalhães, Daniel Araújo Sombra Soares e Larissa Beatriz da Silva Aviz apresentam uma análise sobre os curtos circuitos de comercialização à luz da experiência do Grupo para Consumo Agroecológico (GRUCA), desenvolvida na Região Metropolitana de Belém/PA, como embrião de um sistema agroalimentar local de base agroecológica. Os autores caracterizam o perfil dos agricultores e consumidores, objetivando elaborar uma cartografia da diversidade socioproductiva, para demonstrar a territorialidade das relações produção-consumo e como elas se moldaram durante a pandemia da Covid-19. Os resultados e as conclusões apontam para os desafios da autogestão



do grupo, bem como para a necessidade de efetiva inserção nas políticas públicas alimentares visando ampliar a participação social e estimular o desenvolvimento da agricultura periurbana.

No artigo **"Questão social" e racismo ambiental: esgotamento sanitário como direito à cidade em uma favela do Complexo da Maré**, os autores, Lilian Angélica da Silva Souza e Luciano da Silva Souza, abordam a "questão social" e o racismo ambiental como norteadores analíticos para se pensar a gestão estatal do saneamento básico em uma favela do Complexo da Maré localizada na cidade do Rio de Janeiro. Tomam como ponto de partida o que preceitua o ODS-6 que visa: "assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos", e realizam uma análise enfatizando a organização política de trabalhadores e trabalhadoras residentes da favela na luta pelo esgotamento sanitário como direito à cidade. Trata-se de estudo qualitativo de caráter bibliográfico e documental, que evidencia a histórica negligência do Estado com esse território, e as formas de resistência, sobretudo de negros e negras residentes do território.

Por fim, e não menos importante, o artigo intitulado **Ecologias de saberes afrodiaspóricos: a pedagogia libertária do Rap**, escrito por Janaina de Jesus Lopes Santana e Ronaldo Silva, propõe uma reflexão sobre o exercício epistêmico do saber afrodiaspórico, a partir da concepção das ecologias dos saberes, como uma proposta epistemológica de manifestação e ativismo contra a marginalização do conhecimento/saber/ser do sujeito detentor de uma episteme. A base de análise teve origem na prática extensionista dos autores com a comunidade escolar, e para inferência metodológica, utilizaram o Rap como narrativa poética com ponto de interlocução do debate étnico-racial na formação de professores. Evidenciam que foi possível verificar a partir da narrativa afrodiaspórica como as rodas de conversas se constituíram como espaço de reflexão do 'eu' e do 'outro' em uma ressignificação das práticas pedagógicas e de reflexões com os alunos.



Acreditamos que os artigos presentes nesta 59<sup>a</sup> edição da Revista Social em Questão possam contribuir para que docentes, discentes, pesquisadores, estudiosos da área socioambiental, e também aqueles que tenham curiosidades por conhecer as temáticas e os inúmeros estudos e análises, tenham a oportunidade de selecionar conteúdos que os auxiliem na ampliação do processo reflexivo. Desse modo espera-se subsidiar, através de dados e informações referentes às pesquisas, a construção de estratégias de enfrentamento às demandas existentes; bem como o desenvolvimento de ações que permitam ultrapassar o desafio da construção de referências inovadoras, tanto nas análises das questões socioambientais como na mitigação de conflitos e ultrapassagem dos desafios delas decorrentes, sobretudo no que diz respeito a construção de práticas multidisciplinares necessárias para os avanços teóricos e metodológicos para estudos e pesquisas, como também para as intervenções na realidade, considerando que grande parte da população ainda é vulnerável e permanece nas zonas de sacrifício tão presentes no território nacional.

## Referências

ABRELPE. **Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil**. São Paulo, 2022. Disponível em: Panorama 2022 – Abrelpe. Acessado em 25 de jan. 2023.

BASTOS, Valéria Pereira. Caminhos e Descaminhos do Ambiente. Editorial Revista Mais Ambiental, Natal. **Revista + Ambiental**, nº 10, Ano III, CA | Portal de Informação (gracyambiental.com.br), abr-jun 2023.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Desmatamento na Amazônia cai 22,3% entre agosto de 2022 e julho de 2023** — Secretaria de Comunicação Social (www.gov.br).

BRASIL. Marco Regulatório do Saneamento. **Lei 14026 de 15 de julho de 2020**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm). Acessado em 08 de setembro de 2020.

BRASIL. Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm). Acessado em 27 de ago. 2020.

CONECTA BRASIL. **ODS 1: o que significa o primeiro objetivo do Pacto Global da ONU?** | Blogs | Conecta Brasil. Acessado em 28 de abr. 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** | As Nações Unidas no Brasil. Acessado em 15 de mar. 2022.

## Notas

- 1 Doutora em Serviço Social – Professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio – Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio – Líder do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Socioambientais e Urbanos – GRIPES – Bolsista de Produtividade do CNPq – PQ2; Pesquisadora apoiada pela FAPERJ – Jovem Cientista. Orcid nº 0000- 0001-7412-0353. E-mail: vbastos@puc-rio.br.
- 2 Doutor em Geografia Humana pela Universidade de Barcelona, Espanha. Professor associado do Instituto de Políticas Públicas e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Membro do grupo de pesquisa Socioeconomia do Meio Ambiente e Política Ambiental (SEMAPA) da UFRN. Orcid nº 0000-0002-3222-0230. E-mail: ffabiof@yahoo.com.
- 3 Doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. É Professor Associado II Do IFII da Universidade Federal do Oeste do Pará, Campus Santarém e é Docente Permanente do PPGCS – Ufopa. É Coordenador do NUPEAM. Orcid nº 0000-0002-6704-6367. Email: hellazer09@gmail.com.

